

**RETOMANDO A PRIMEIRA COLEÇÃO
ARQUEOLÓGICA DO MUSEU
ANTROPOLÓGICO/UFG, O SÍTIO
CACHOEIRA (GO-CA.1) E ALGUMAS
HISTÓRIAS ADORMECIDAS***



DIEGO TEIXEIRA MENDES**, TATYANA BELTRÃO DE OLIVEIRA***
NATÁLIA DUTRA COSTA****, MANUELINA MARIA DUARTE CÂNDIDO*****

Resumo: *na presente pesquisa retomamos a primeira coleção arqueológica do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, relacionada ao curso ministrado por Igor Chmyz, em 1972, visando a formação de pesquisadores em arqueologia deste museu. Buscamos investigar questões relacionadas à história da arqueologia no Estado de Goiás e as práticas arqueológicas efetuadas durante as etapas de campo no sítio arqueológico Cachoeira (GO.Ca-01), localizado no município de Orizona/GO. Consideramos que as práticas calcadas em relações assimétricas informantelarqueólogo aprofundam a estratigrafia do abandono proposta por Bruno (2014) para os acervos arqueológicos brasileiros. Apresentamos também as ações desenvolvidas com os professores da rede municipal de Orizona e reflexões sobre educação e história indígena.*

Palavras-chave: *Coleções arqueológicas. Museu Antropológico/UFG. História indígena. História da Arqueologia de Goiás. Sítio Cachoeira (GO-Ca.1).*

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.*

* Recebido: 16.04.2018. Aprovado: 18.06.2019.

** Arqueólogo – Museu Antropológico/UFG. E-mail: diegotmendes@ufg.br

*** Educadora e Turismóloga – Museu Antropológico/UFG. E-mail: tatyana.beltrao@ufg.com

**** Historiadora – Museu Antropológico/UFG. E-mail: nstaliadutracoata@gmail.com

***** Professora – Université de Liège (Bélgica) e PPGAS-UFG. E-mail: manuelin@uol.com.br

*Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso melhor se guarda o voo de um pássaro
Do que um pássaro sem voos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por isso se declara e declama um poema:
Para guardá-lo:
Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:
Guarde o que quer que guarda um poema:
Por isso o lance do poema:
Por guardar-se o que se quer guardar.*

Antônio Cicero, Guardar

RESERVA TÉCNICA, TERRENO FÉRTIL PARA AS PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Retomar antigas coleções abre a possibilidade de contarmos novas histórias. Foi com esse intuito que iniciamos uma pesquisa sobre o acervo das reservas técnicas arqueológicas do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG). Dado que esse abarca pesquisas realizadas desde o início da década de 1970 pelas matriarcas e patriarcas da instituição, parecia-nos promissor abordá-lo a partir de um duplo viés: (1) retrazar os (des)caminhos das pessoas e das coisas, ou seja, fazer uma certa história da Arqueologia do MA/UFG; e (2) propor reanálises da materialidade arqueológica tomando as perguntas e ferramentas analíticas contemporâneas, já que havia se passado quase 50 anos dos estudos originais.

Não obstante, já nas primeiras sondagens tornou-se evidente que o nosso terreno possuía baixas “condições de visibilidade arqueológica”. Ou seja, para atingirmos aquelas pretensões era necessário, primeiramente, realizar um trabalho premente de curadoria haja vista que as coleções foram produzidas por pesquisadores diferentes, em épocas distintas – entre 1972 e 1995 –, a partir de métodos de coleta arqueológica e protocolos de documentação museológica específicos dos seus contextos de produção científica.

Por outro lado, lidar com essas coleções e documentos levava-nos a refletir sobre os desdobramentos da pesquisa arqueológica nas comunidades envolvidas e na construção de narrativas históricas (FABIAN, 2010). Pensando com autores que questionam a atuação sociopolítica dos arqueólogos (BARRETO, 1999-2000; BEZERRA, 2003, 2011a, 2011b, 2017; FERREIRA, 2013; MCGUIRE, 1999; MORAES WICHERS, 2014; SHANKS, TILLEY, 1987, 1992) pas-

samos a estabelecer certas perguntas: quais foram as relações estabelecidas entre arqueólogos e comunidades? Os pesquisadores deixaram algum legado para essas comunidades?

Pensando com outros que atestam que Arqueologia é história indígena de longa duração (BESPALEZ, 2015; NEVES, 2015; SILVA, 2009a; WÜST, 1990) questionamos: como os grupos indígenas eram representados nas pesquisas? Buscou-se estabelecer relações de continuidade e mudança entre a materialidade arqueológica e os grupos indígenas da região?

Como tentaremos demonstrar, as pesquisas arqueológicas em questão recaíam perfeitamente no conceito de Bruno (1995) de estratigrafia do abandono.

Em suma, tínhamos um acervo com enorme potencial que garantia diferentes contornos para a pesquisa à medida que agenciávamos e éramos agenciados pela sua materialidade.

Assim, o nosso primeiro passo foi uma aproximação dessas coleções a partir da documentação produzida – em campo, laboratório e gabinete, mas também no cotidiano institucional, nas ações de divulgação, etc. O acervo documental arqueológico estava acondicionado junto ao acervo administrativo do Museu, em caixas de tipo arquivo etiquetadas com uma numeração sequencial e sumário dos documentos lá presentes (Figura 1). A preservação dos registros documentais da Arqueologia (SILVA; LIMA, 2007) se mostra um imprescindível recurso à retomada futura de pesquisas, como a que relatamos, especialmente tendo em vista o caráter não-renovável do patrimônio arqueológico e a transformação dos contextos no âmbito da pesquisa de campo.

Selecionamos as caixas relacionadas às pesquisas arqueológicas (numeração de 29 a 42) e fizemos pequenas prospecções nas mesmas, descobrindo que a distribuição espacial dos documentos era – obviamente – randômica. Estava tudo lá: croquis, desenhos de perfil estratigráfico, correspondências entre pesquisadores, fichas de análise de materiais cerâmicos, anotações de campo etc. Mas, era preciso dar certo sentindo para o “semicaos” típico da documentação arqueológica de grandes acervos de pesquisa¹.

Decidimos começar do zero – na verdade, pela caixa 29 – e seguir a sequência numérica das caixas. Montamos uma planilha com uma série de atributos² que deveriam ser coletados para cada documento e prosseguimos com o trabalho. Ocorre que o bom e velho espírito arqueológico não nos deixou muito tempo longe da materialidade, e acabamos optando por abrir as coleções dos sítios cuja documentação havia sido tabulada. Como era de se esperar a salvaguarda das peças não seguia o padrão atualmente adotado pelo Museu³ e tivemos algumas dúvidas sobre como dar ordem museológica para essas coleções. Ao mesmo tempo, o contato com aquelas peças tão características daquilo que veio a se chamar de Tradição Aratu e seus problemas de pesquisa, incitava-nos a revisar a literatura sobre a Arqueologia, Etnologia e a Etno-História da porção meridional do Planalto Central (ALVES, 1991, 1992, 2013; ATAÍDES, 1998; GIRALDIN, 2000, 2001; JUNQUEIRA, 2017; LOWIE, 1946; SCHMITZ *et al.*, 1982). Então, em meio a papéis amarelados, fotografias em preto e branco, fragmentos cerâmicos e caixas e caixas de uma reserva técnica, decidimos inverter a ordem do processo; começar pela primeira coleção arqueológica do Museu Antropológico/UFG. Nada brilhante ou inovador,

apenas seguir da primeira à última. E foi aí que nos deparamos com uma coleção cheia de histórias pouco contadas.



Figura 1: Acervo documental das pesquisas arqueológicas do MA/UFG

UMA COLEÇÃO DE HISTÓRIAS ADORMECIDAS, O SÍTIO CACHOEIRA (GO-CA.01)

O MA/UFG foi gestado em 1969 durante uma expedição etnográfica no Parque Indígena do Xingu, coordenada pelo seu futuro diretor, Acary Passos de Oliveira (MARTINS; TAVEIRA, 2017). Desde este início, havia uma preocupação em pesquisar e preservar a diversidade cultural e étnica dos grupos humanos do planalto central brasileiro a partir de uma abordagem multidisciplinar que abarcasse Antropologia Social, Arqueologia, Linguística e Antropologia Biológica. Ou seja, havia uma forte inspiração na proposta do final do século XIX de organização do conhecimento antropológico em museus (HICKS, 2013), disseminada por Franz Boas (1904) como *four fields*. Esse modelo original ressoa ainda hoje na estrutura do MA/UFG, dado que tanto o primeiro Regimento Interno de 1987, quanto o atual (Resolução CONSUNI/UFG nº 43/2017) estabelecem a subdivisão da Coordenação de Antropologia nas quatro subdisciplinas antropológicas.

Já em meados de 1971, foi criado o Setor de Arqueologia do Museu, onde as professoras Edna Luísa de Melo e Judite Ivanir Breda elaboraram a Carta Arqueológica – Divisão Regional para Cadastramento de Sítios Arqueológicos do Estado de Goiás, buscando traçar um planejamento científico para as pesquisas arqueológicas em Goiás (MELO; BREDA, 1972). Neste documento o seguinte trecho costuma passar despercebido:

Quando iniciamos este trabalho, chamou-nos a atenção a citação do ilustre Professor Igor Chmyz, em correspondência a nós dirigida: Arqueologicamente falando, o Estado de

Goiás é um território desconhecido. Sua posição é bastante interessante, pois é banhado por rios importantes. Vários povos, em períodos recuados devem ter percorrido êstes rios. Também deve ter recebido influências tanto do Norte como do Sul (MELO; BREDA, 1972, p. 7).

A menção a uma personagem assídua da Arqueologia brasileira – o professor Igor Chmyz – mas que até então achávamos que sua colher nunca havia escavado em território goiano, não é gratuita. Na verdade, está relacionada com as primeiras iniciativas do MA/UFG de realizar pesquisas arqueológicas sistemáticas e, conseqüentemente, com a coleção e o sítio que nos interessa aqui.

Se os pesquisadores do MA/UFG estavam interessados no estudo “científico” do passado dos grupos indígenas, assim como para a maioria dos seus colegas das demais universidades brasileiras, faltavam-lhes os conhecimentos específicos para tal. Afinal, estamos falando de um período importante no qual a Arqueologia começa a se consolidar como disciplina acadêmica no Brasil (FUNARI, 1994; MENDONÇA DE SOUZA, 1991; PROUS, 1992).

Nesse contexto, nossos antecessores convidaram Igor Chmyz, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para ministrar o “Curso de Aperfeiçoamento em Métodos e Técnicas Arqueológicas”. Este foi realizado em Goiânia entre os dias 05 e 12 de dezembro de 1972, e teve como participantes Acary Passos de Oliveira, Edna Luisa de Melo, José Eduardo Costa, Pe. José Pereira de Maria, Juarez Costa Barbosa, Judite Ivanir Breda e Marcolina Martins Garcia, todos vinculados ao Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG (Figura 2).



Aqui, torna-se importante destacar um primeiro ponto: a institucionalização da Arqueologia no Estado de Goiás é normalmente descrita a partir de uma dicotomia representada pela parceria da professora da Universidade de São Paulo, Margarida Davina Andreatta com o MA/UFG, e do professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Pedro Ignácio Schmitz com o Instituto Goiânia de Pré-História e Antropologia da PUC Goiás (IGPA/PUC Goiás), que teriam produzido os primeiros dados e interpretações sobre as ocupações pré-coloniais do território goiano (EREMITES DE OLIVEIRA, VIANA, 1999-2000; MELLO, VIANA, 2006; SCHMITZ *et al.*, 1982). Estas ações se concretizaram no Projeto Anhanguera – convênio USP/UFG – e no Programa Arqueológico de Goiás – convênio Unisinos/PUC Goiás, que muitas vezes são interpretados como representando, respectivamente, a escola francesa e escola americana de Arqueologia.

Não obstante, como tentaremos demonstrar, o curso coordenado por Chmyz e a pesquisa a ele associada produziram dados pioneiros que dialogavam diretamente com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa), e representavam uma tentativa do MA/UFG de adotar um modelo institucional semelhante ao Museu Paraense Emílio Goeldi, no qual a Arqueologia possuía grande destaque (SIMÕES, 1981). Essa aproximação pode ser vista no Ofício nº 47/73 - MA/UFG, de 05 de setembro de 1973, no qual Acary presta contas sobre a verba que seria utilizada para o curso de Introdução à Arqueologia, ministrado por Mario Simões (Figura 3).

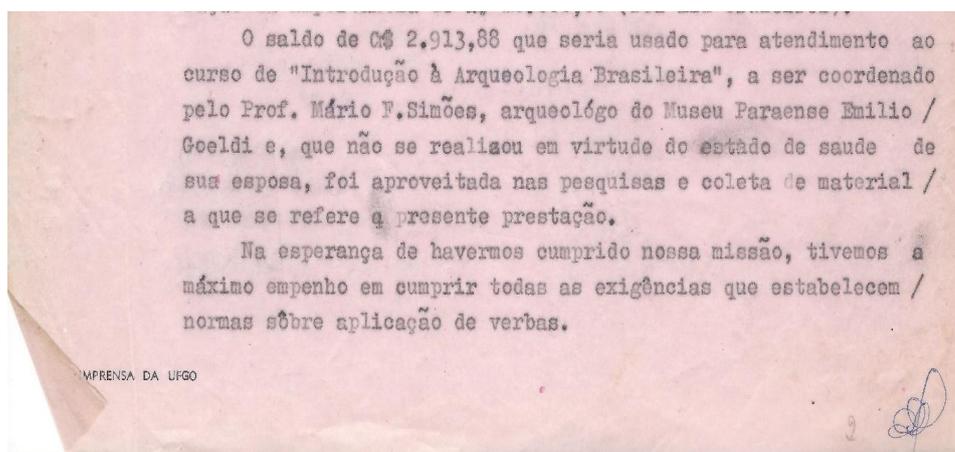


Figura 3: Trecho do Ofício nº 47/73 - MA/UFG (Acervo MA/UFG)

A questão não é apenas reclamar a anterioridade de tal ou qual pesquisa ou instituição, mas sim lembrar essas histórias que muitas vezes ficam encaixotadas em reservas técnicas, e ainda mais, buscar compreender como e por que certos projetos institucionais deixam de se consolidar em determinados cenários científicos.

O curso de Chmyz foi desenhado para possibilitar aos pesquisadores do MA/UFG realizar pesquisas arqueológicas de campo e laboratório nos moldes do Pronapa, focando em coletas de superfície, escavações por níveis artificiais e seriação de conjuntos cerâmicos pelo método Ford (MEGGERS; EVANS; 1985). A ideia de arqueologia enquanto método científico calcado na descrição objetiva dos vestígios transparece na seguinte passagem da publicação:

Sabe-se que a essência do trabalho de campo arqueológico está na aplicação do método científico para a escavação de restos de antigas culturas. Considerando que, teoricamente o valor histórico de um objeto não está fundamentalmente na sua própria natureza, mas sim na associação dele com os fatores coexistentes na época da ocupação humana, a orientação científica dada no curso foi de natureza a possibilitar aos pesquisadores condições técnicas corretas para a aplicação de normas e critérios rigorosamente científicos na execução de escavações e na análise e interpretação dos documentos obtidos (CHMYZ et al., 1972, p. 7).

Para tanto, fazia-se necessário um sítio e uma coleção arqueológica para as atividades didáticas. É dessa carência que algumas outras personagens se entrecruzam na nossa história.

O Sr. Florentino Pereira era proprietário da Fazenda Cachoeira, localizada na zona rural do município de Orizona (GO). Nesse local o Sr. Florentino e sua família conviviam com “panelas de índio” e “machados de pedra”, o seu filho, Olímpio Pereira Neto, conta que o pai “dava muita importância àquilo, mas não aparecia interessado [em estudar os objetos]”. Foi apenas na década 1970 quando foi estudar Letras na UFG que o Sr. Olímpio relatou os achados para o Professor Ático Vilas-Boas da Mota que, como bom pesquisador e folclorista, se prontificou a visitar o lugar. Após o retorno à Goiânia, muito entusiasmado com o sítio, Ático procurou Acary.

A informação de Olímpio e Ático caiu como uma luva diante do planejamento arqueológico do MA/UFG, não somente em decorrência das necessidades do curso, mas também das tentativas anteriores frustradas do seu diretor de obter coleções das culturas pretéritas da região. Por exemplo, no Procedimento nº 04752/1972 a reitoria da UFG questiona Acary sobre o interesse do MA pela coleção arqueológica do Professor Cid Albernaz⁴ que estava depositada na Faculdade de Artes da UFG e em vias de ser encaminhada para o Museu Nacional/UFRJ. Em resposta, Acary propõe:

Sugerimos que, embora o referido acervo seja resultado do esforço pessoal e eficiente do ilustre Prof. Cid Albernaz, seja ele encaminhado ao Museu Antropológico da UFGo e não ao Museu Nacional. Mesmo porque o M.A. está com pesquisas e cursos programados para agosto próximo, quando virá a Goiânia, para orientação das mencionadas atividades, o grande arqueólogo brasileiro, Prof. Igor Chmyz, do Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade do Paraná.

Ainda estamos investigando o desfecho desta outra história adormecida, mas sabemos que a coleção não foi encaminhada ao MA.

Dessa forma, diante dos percalços para obter coleções arqueológicas o sítio Cachoeira mostrava-se como um presente dada a facilidade de acesso – apenas 200 km da cidade de Goiânia – e a boa relação com Olímpio.

Os pesquisadores do Museu fizeram uma primeira etapa de campo visando reconhecer o terreno e prepará-lo para o curso. Contudo, em meio ao vai e vem no sítio foi realizada uma coleta de superfície – talvez, até mais de uma - cuja autoria é impossível precisar, totalizando 258 fragmentos cerâmicos e 3 peças líticas, que poderíamos chamar de conjuntos não oficiais do sítio Cachoeira, haja visto

que não há nenhuma documentação sobre os mesmos. Temos algumas hipóteses acerca dessa coleta: (1) Olímpio coletou uma amostra para demonstrar para os especialistas a veracidade das informações; (2) Olímpio em conjunto com o Prof. Ático coletaram uma amostra com o mesmo intuito; (3) os pesquisadores do MA coletaram durante a etapa de preparação do campo; (4) o conjunto não oficial é uma somatória de todas essas coletas “não sistemáticas”. De qualquer forma, como veremos, o fato destes materiais arqueológicos coletados antes do curso terem sido desprezados como parte do sítio – dado que foram coletados por desconhecedores da “aplicação do método científico” no estudo de “antigas culturas” (CHMYZ *et al.*, 1975, p. 1), sendo sequer mencionados na documentação museológica, nos dá pistas sobre as práticas de campo da época, principalmente, sobre a relação de autoridade exercida pelos arqueólogos com as comunidades envolvidas (BEZERRA, 2011a; 2017).

A nossa hipótese é que essa subalternização das pessoas enquanto “informantes” desengajados da produção de conhecimento contribuiu fortemente para aprofundar as camadas da estratigrafia do abandono e, conseqüentemente, desvincular a história e a identidade indígena das paisagens e memórias orizonenses.

Posteriormente, em campo com Chmyz, os pesquisadores foram direcionados pela família Pereira aos locais onde haviam identificado material arqueológico (Figura 4). Seguindo os procedimentos de campo característicos do Pronapa, estabeleceram um ponto zero, delimitaram o sítio com base na distribuição do material de superfície – identificado prioritariamente nas áreas limpas de abertura de estrada ao longo da pastagem –, e realizaram o levantamento topográfico da área. Segue a descrição publicada:

Este sítio cerâmico foi localizado a 30 m da margem direita do Ribeirão Aroeiras. Dista cerca de 1 km acima da foz deste rio no Piracanjuba, pela margem direita. O Piracanjuba deságua no rio Corumbá, que por sua vez cai no rio Paranaíba. Os três últimos são navegáveis. Do lado leste do sítio existe um córrego seco, sem nome. Este só é ativo durante as chuvas. Na extremidade noroeste do sítio, estão as benfeitorias da fazenda: casas e curral, isoladas por cercas de arame farpada e taipa.

*Estrada carroçável e trilhas de gado cortam o sítio. Estas perturbações evidenciaram as amostras arqueológicas, mas não causaram dano total. Ao longo do ribeirão e do córrego seco existem arbustos e grandes árvores. Sobre o sítio, que está todo dentro do pasto, há gramíneas e arbustos. As árvores são mais raras. O terreno é areno-argiloso e de cor marrom-claro. Não há diferença de coloração da terra fora do limite do sítio (CHMYZ *et al.*, 1972, p. 13).*



Figura 4: Família Pereira e pesquisadores no sítio Cachoeira (Acervo MA/UFG)

Alguns pontos desse trecho são bastante interessantes. Primeiro, é notável a preocupação com a inserção do sítio no quadro hidrográfico uma vez que os rios seriam as principais rotas de deslocamento e migração dos grupos humanos. O segundo ponto diz respeito à coleta e à descrição das características ambientais básicas do terreno (topografia, vegetação, granulometria e coloração do solo). Como amplamente discutido, o Pronapa (MEGGERS; EVANS; 1985) tinha um forte interesse na relação entre o ambiente físico e as ocupações humanas e, como as áreas de cerrado do planalto central ainda eram, praticamente, desconhecidas, esses dados tinham grande relevância para a construção do quadro geral de ocupação. Além disso, os pesquisadores tiveram a preocupação em apontar elementos pós-deposicionais que poderiam afetar a leitura do sítio, ressaltando que as perturbações não causaram “dano total”, ou seja, levando à conclusão de que o sítio ainda possuía interesse científico.

No croqui publicado (Figura 5) o sítio foi representado com morfologia elíptica e com área de aproximadamente 52.752 m², implantado sobre uma meia encosta de inclinação suave em direção ao córrego Aroeiras. Foram realizadas três coletas de superfície (porções norte, centro e sul da elipse) e a escavação de duas sondagens de 1,5m² denominadas de Corte 1 e 2 nas áreas de maior concentração de fragmentos cerâmicos. Essas intervenções resultaram na coleta de 1302 fragmentos cerâmicos e 123 peças líticas. Em termos estratigráficos, nas duas sondagens foram identificados materiais entre a superfície e 30 cm de profundidade, sendo que a camada com maior densidade estava entre 7 e 12 cm de profundidade. No Corte 2, entre os níveis artificiais 1 e 2, os pesquisadores identificaram uma concentração de carvão e cinzas com 30 cm de diâmetro da qual foi coletada uma amostra. Foi obtida uma datação radiocarbônica de 895 ± 90 BP (SI-2195) que até a data da publicação do curso de aperfeiçoamento em métodos e técnicas arqueológicas não havia sido processada⁵ (CHMYZ, comunicação pessoal, 2018).

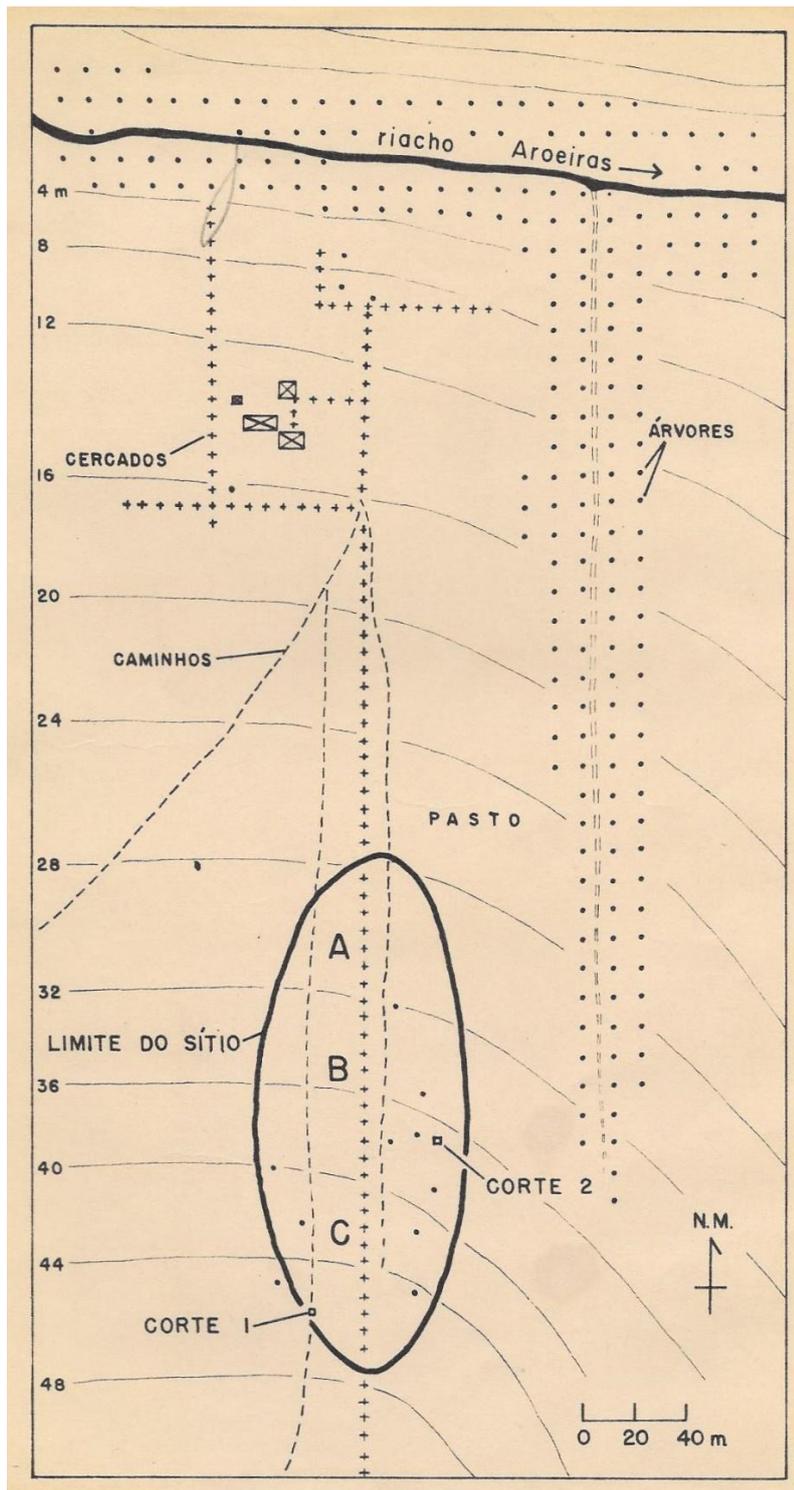


Figura 5: Croqui do sítio Cachoeira
 Fonte: Modificado de Chmyz *et al.* (1975).

As análises do material cerâmico concentraram-se na frequência do aditivo à pasta cerâmica, sendo classificados três tipos: Cachoeira Simples (quartzo grosso), Aroeira Simples (mica e quartzo grosso) e Jatobá Simples (areia fina). Foram realizadas também reconstituições dos vasilhames a partir das bordas e bases e a seriação pelo método Ford para o material cerâmico não decorado do Corte 1. Os poucos fragmen-

tos com decoração unglada e ponteadada (menos de 2% da coleção) foram associados a possíveis contatos com populações associadas à Tradição Tupiguarani.

Os materiais líticos correspondiam a núcleos e produtos de debitage de matérias-primas locais. Destacou-se uma roda de fuso lítica (Figura 6) identificada durante a etapa de organização do sítio, ou seja, coletada antes do curso, de forma assistemática. Apesar desta peça pertencer a coleção não oficial, diferente dos seus pares de procedência, ela foi estudada, descrita e possui uma imagem na publicação (CHMYZ *et al.*, 1975, p. 31). Sem dúvida, a singularidade da peça justificou esse deslocamento na seleção da amostra estudada, o que nos faz pensar que o rigor científico também está sujeito a caprichos estéticos.



Figura 6: Fuso em pedra sabão

A partir destas análises dos materiais e das características do sítio, os pesquisadores propuseram a definição da Fase Arqueológica Cachoeira, traçando paralelos entre esta e a recém-definida Tradição Aratu.

O sítio Cachoeira foi interpretado como uma aldeia de curta permanência, baseado na tipologia dos materiais cerâmicos, na ausência de “práticas funerárias”, na morfologia do sítio com concentrações cerâmicas periféricas sugerindo áreas habitacionais e, principalmente, na pequena espessura da camada arqueológica. Assim os autores propuseram,

*Segundo as características da cerâmica da Fase Cachoeira e outras fornecidas pelo próprio sítio, parece que a mesma se introduziu no vale do rio Piracanjuba já desenvolvida e, portanto, um nível cultural do tipo Floresta Tropical. Os tipos e as formas cerâmicas, presentes em toda a seqüência seriada, afastam a possibilidade de invenções locais (CHMYZ *et al.*, 1975, p. 51).*

O que começou como atividade didática de métodos e técnicas arqueológicas acabou se desdobrando em uma nova fase arqueológica e no primeiro exercício interpretativo em território goiano a partir dos modelos ecológicos e evolutivos propostos no *Handbook of South American Indians* (STEWART, 1946; 1948).

O suposto “nível cultural do tipo Floresta Tropical” corresponderia às áreas com solos pobres que limitariam significativamente o desenvolvimento da agricultura e a produção de excedentes. Esses obstáculos resultariam em alto padrão de mobilidade (assentamentos de curta permanência) e baixa densidade demográfica, o que, por sua vez, impossibilitaria o cenário considerado adequado para que as sociedades alcançassem maiores graus de complexidade sociopolítica. Ainda mais, a partir dos modelos de dispersão, as populações andinas que migraram pela floresta amazônica até o cerrado teriam suas culturas paulatinamente subdesenvolvidas. Daí o fato da cerâmica do sítio Cachoeira ser “simples” (sem decoração), não terem sido identificadas práticas funerárias e a ocupação ter sido de curta duração. Em suma, o modelo generalista explica os traços culturais identificados nos sítios que, em contrapartida, corroboram o próprio modelo.

Para Noelli e Ferreira (2017), os modelos do *Handbook* que alicerçaram as propostas de Meggers e do Pronapa são herdeiros de concepções antropológicas que remetem ao século XIX, como as teorias da degeneração indígena. Ainda para estes autores, a junção pronapiana da ecologia cultural e do difusionismo contribuíram para perpetuar representações colonialistas que explicam e legitimam as desigualdades regionais e as relações contemporâneas de poder.

Nesse sentido, métodos, técnicas e práticas arqueológicas não podem ser lidos como ferramentas científicas em benefício de conhecimento “puro”. Obviamente, o nosso interesse aqui não é repudiar o curso e a pesquisa, mas compreender a coleção do sítio Cachoeira no seu contexto histórico e de produção da Arqueologia brasileira. Acreditamos que é a partir desta reflexividade crítica que poderemos construir arqueologias mais inclusivas e emancipadoras (HODDER, 2003; SHANKS, TILLEY, 1987; 1992).

A importância dessa pesquisa na construção da identidade da comunidade envolvida pode ser vista nos seus desdobramentos em termos de cobertura da imprensa e da produção de livros de memória e história de Orizona.

Na sessão dedicada ao Estado de Goiás do jornal Diário de Brasília foram publicadas duas matérias nos dias 08 e 11 de dezembro de 1972 sobre a pesquisa no sítio Cachoeira, intituladas, respectivamente, “Professores Estudam Antiguidade em Orizona” e “Pesquisas Indicarão o Tempo de Permanência do Índio em Orizona” (Figuras 7 e 8). Em ambas foram ressaltados o rigor dos métodos de coleta e escavação e o papel dos pesquisadores da UFG e do professor da UFPR. A família Pereira é mencionada apenas como proprietária da fazenda. Na segunda matéria Chmyz coloca: “Saberemos, então, em que época o Sítio de Orizona teria sido ocupado pelo índio” e “pelo comportamento da camada arqueológica sabemos que sua permanência foi curta”. Nesta breve colocação encontramos duas questões interessantes, a primeira é que os grupos indígenas são representados de forma genérica, o “índio”, o que reforça a ideia de um passado amorfo, sem conexão com as populações indígenas atuais.



Figura 7: Capa do DB Brasil, 08/12/72 (Acervo MA/UFG)

A segunda é a ideia lançada de que as ocupações indígenas na região foram de curta permanência, baseada, como vimos, nos pressupostos do *Handbook* de Steward. Essa visão instaura e/ou reforça no imaginário popular vários preconceitos sobre o passado e presente das populações indígenas (baixa densidade demográfica, ausência de organização sociopolítica, vida sob condição de subsistência, desconhecimento de tecnologia etc.).



Figura 8: Capa do DB Brasil, 11/12/72 (Acervo MA/UFG)

Os dois pontos acima elencados nos ajudam a compreender a desvinculação entre as identidades da região com os Kayapó do Sul e concepções equivocadas sobre o modo de vida desse grupo, como, por exemplo, a antropofagia decorrente da fome relatada nos textos históricos, conforme apontado por Ataídes (1998).

É fundamental olhar também a relação entre coleta e análise dados “científicos” e as “informações dadas abundantemente” pela família Pereira, afinal esta possuía uma relação afetiva com os materiais e uma compreensão aguçada das transformações paisagísticas da região dado que chegaram lá ainda na segunda metade do século XIX.

A partir de um estreito diálogo com Eloiza Rocha Pereira, filha de Olímpio, realizamos uma entrevista com este visando conhecer um pouco mais das suas memórias e conhecimentos sobre a pesquisa e a região. Tanto Eloiza quanto Olímpio relataram lembranças vívidas das suas infâncias de, após o período de chuvas, encontrarem inúmeros fragmentos cerâmicos nas imediações da fazenda. Logo, mesmo após a pesquisa do MA/UFG os materiais cerâmicos eram evidenciados em abundância. Olímpio nos contou que a procura pelas “panelas de índios” era uma brincadeira familiar, que em diversas ocasiões encontravam vasilhames inteiros, machados polidos, e inclusive uma grande urna funerária - no vídeo da entrevista ele gesticula mostrando que a peça deveria ser muito alta como as urnas da Tradição Aratu.

O cenário descrito pela família Pereira é bastante distinto daquele reportado na publicação do sítio. É claro que as lembranças de crianças não geram “coletas sistemáticas”, “planos de distribuição espacial” etc., mas, a memória significativa destas pessoas indica que o sítio tinha uma potencial configuração de maior frequência e variabilidade artefactual. Desconsiderar essas informações das pessoas que inclusive identificaram o sítio é, sem dúvida, desconsiderar passagens da história do sítio e, conseqüentemente, possibilidades analíticas e interpretativas sobre do modo de vida inferido pela sua materialidade.

Quando perguntado por Eloiza se ajudou nas escavações, Olímpio prontamente responde: “Não, eles é que escavaram porque tinham a técnica, né? Nós de lá, que não tínhamos técnicas, não deixaram participar”. Ora, era um curso de capacitação, à exceção de Chmyz todos estavam lá para aprender e não temos dúvida que Olímpio ansiava por aqueles conhecimentos. É claro que estas preocupações não estavam presentes nas formas de conceber as práticas arqueológicas no Brasil da década de 1970, mas, queremos chamar a atenção para como esse distanciamento, disfarçado de rigor e objetividade, pode reduzir o nosso aprendizado com as comunidades – que, na pior das hipóteses, podem nos ajudar a compreender os sítios e as paisagens locais. Em adição, essa postura cria uma cisão entre as histórias indígenas narradas pela a arqueologia e a memória histórica e a consciência histórica (RÜSEN, 2009).

Depois de formado, exercendo a profissão de professor, Olímpio escreveu incansavelmente sobre a história da sua cidade natal (PEREIRA NETO, 1970; 1991; 2010). Mesmo após a sua experiência arqueológica no sítio Cachoeira, o professor narra o processo de ocupação de Orizona como parte das bandeiras que adentraram de São Paulo e Minas Gerais no “desbravado” território goiano. Não obstante, na reedição revista e ampliada de seu livro “Orizona: Campo e Cidade” (PEREIRA NETO, 2010), os Kayapó do Sul e o sítio Cachoeira são brevemente descritos e colocados como parte da história local.

Talvez, se a família Pereira tivesse sido convidada a participar ativamente da pesquisa e dos seus desdobramentos, Olímpio não demoraria quase 40 anos para escrever sobre Arqueologia e História indígena.

Especulações à parte, essas reflexões nos fizeram buscar uma aproximação com aquelas pessoas que atuam diretamente na mediação dos processos de ensino e aprendizagem, os professores de Orizona. Estávamos bastante curiosos para saber se, de alguma forma, a pioneira pesquisa do nosso museu e os livros de Olímpio ressoavam na cidade.

ORIZONA – ESCOLA, MEMÓRIA E A ESTRATIGRAFIA DO ABANDONO

O nosso primeiro impulso estava relacionado ao levantamento das representações das populações indígenas e da arqueologia nos livros didáticos (LIMA, 2007). Assim, estabelecemos o contato com a Secretaria Municipal de Educação de Orizona visando levantar os títulos adotados pelas escolas de Orizona. Contudo, para a nossa surpresa o diálogo gerou interesse e curiosidade dos gestores que propuseram que realizássemos um evento com o corpo de professores.

Ao refletirmos sobre as atividades do evento buscamos o cuidado para não recair nas velhas armadilhas de uma *educação bancária*. Ou seja, evitar as práticas que vínhamos observando de forma crítica, buscando construir posições o mais simétricas possíveis entre nós e nossos interlocutores. Nesse sentido, estamos com Freire (1967) que afirma,

A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isto crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições “doadas” (FREIRE, 1967, p. 117).

Primeiramente, pensamos na dinâmica da sala de aula e no quanto é comum ouvir dos alunos: “Professor(a), por que estudar o passado?”. Normalmente esse questionamento vem acompanhado de um ensino de História em que o aluno não se reconhece no conteúdo, onde não lhe é esclarecida a importância de se estudar o passado para a construção de sua identidade. Portanto, o esforço é possibilitar/amplificar as possibilidades de acesso e reflexão dos atores sociais ao universo narrativo quer perfaz a sua comunidade. Para Baumann (2000), ampliar o repertório discursivo, simbólico e material dos atores e retomar o espaço público como arena de debate, ou seja, campo da política é o caminho para a liberdade individual e coletiva.

Entretanto, o atual ensino de História abre brechas para esse tipo de questão. Como quando se estuda a colonização europeia nas Américas, dando protagonismo ao europeu, ignorando os conhecimentos sobre a diversidade sociocultural das populações originárias que aqui habitavam há milhares de anos. Ou, como dissemos anteriormente, nas narrativas romantizadas que privilegiam a perspectiva dos bandeirantes como heróis desbravadores. Esses processos são pouco explorados a partir de abordagens sobre a violência colonial e resistência das coletividades subalternizadas. Como herança de uma historiografia que privilegia “O de fora”, que nos torna “O outro” dentro de nossa própria História, observamos uma perda de sentido do ensino de ciências humanas para os alunos.

Além disso, quando se trata de História do Brasil, observa-se também que as narrativas do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, ou seja, a história do litoral, são coloca-

das como a totalidade do território brasileiro. Para alunos de outras localidades, como Mato Grosso, Goiás e outras regiões do “Sertão”⁶, o problema da identificação com o conteúdo ainda é maior. Desconhecemos nossas próprias histórias, sabemos pouco de nossos antepassados, logo não aproveitamos o que de melhor a História pode nos oferecer, o conhecimento de nossas próprias origens e do que nos torna o que somos hoje. Existem pouquíssimos materiais didáticos que abordam História e Cultura regional, o que dificulta o estabelecimento de relações com o cotidiano dos alunos. É sintomático que os livros do Sr. Olímpio não tenham sido adotados e discutidos na comunidade escolar orizonense.

Segundo Lima (2014), esse quadro está intrinsicamente relacionado com a institucionalização das ciências humanas nas universidades goianas em meados da década de 1950, quando o discurso acadêmico local repousava fortemente na antinomia tradicional – representado pelas comunidades do “sertão” – e moderno – marcado pela urbanização e industrialização.

Por outro lado, os museus regionais e sítios arqueológicos colocam diante deste mesmo público todo um manancial de evidências materiais deste passado mais próximo, sendo que, em geral, as grandes e clássicas interpretações da cultura brasileira não incorporaram as fontes arqueológicas, o que é considerado, por Bruno (1995, p. 19) “uma estratigrafia de olhares interpretativos míopes em relação ao passado pré-colonial”. Segundo a autora, esta dívida da historiografia nacional com relação ao olhar sobre a cultura material não se refere somente aos bens arqueológicos, pois há uma postura similar em relação aos museus em geral. Assim, a autora constrói seu argumento a respeito da existência de uma “estratigrafia do abandono”, analisando obras de Sílvio Romero, Fernando de Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Darcy Ribeiro, Raimundo Faoro, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Carlos Guilherme Mota, Renato Ortiz, Sérgio Micelli, Gabriel Cohn, Antonio Cândido, Alfredo Bosi, Marilena Chauí e outros que reiteradamente não incluem a bibliografia de origem arqueológica em suas análises, optando pelas fontes escritas em detrimento das orais e da materialidade. Esta prática, a seu ver, prejudica a Arqueologia e a distancia do processo cultural contemporâneo (BRUNO, 1995, p. 18).

Mas, e se pensássemos, para o nosso caso em tela, um ensino vinculado às pesquisas arqueológicas da região? Sabendo que a arqueologia tem muito a oferecer como suporte de ensino, propusemo-nos a colaborar com a comunidade orizonense neste âmbito. Tal iniciativa dialoga também com epistemologias contemporâneas que consideram a necessidade de abordagens simétricas e colaborativas no âmbito do patrimônio cultural (BEZERRA, 2011b; CABRAL, 2014; MELQUÍADES, 2014; SHANKS, 2007; SILVA, 2009b).

A perspectiva para esta ação foi traçada com a finalidade de aproximar os educadores do município de Orizona dos acervos arqueológicos salvaguardados, principalmente os referentes ao GO-Ca.1, Sítio Cachoeira, além de estabelecer conexões para uma discussão sobre a história indígena em Orizona e suas interlocuções na educação básica do município.

O evento aconteceu nos espaços museológicos do MA, no dia 09 de novembro de 2018. Em princípio gostaríamos de conhecer os educadores de Orizona. Sabíamos, a partir de uma ficha de inscrição cedida pela Secretaria Municipal de Educação, que o grupo era formado por educadores de diferentes áreas do conhecimento, conforme a figura abaixo:

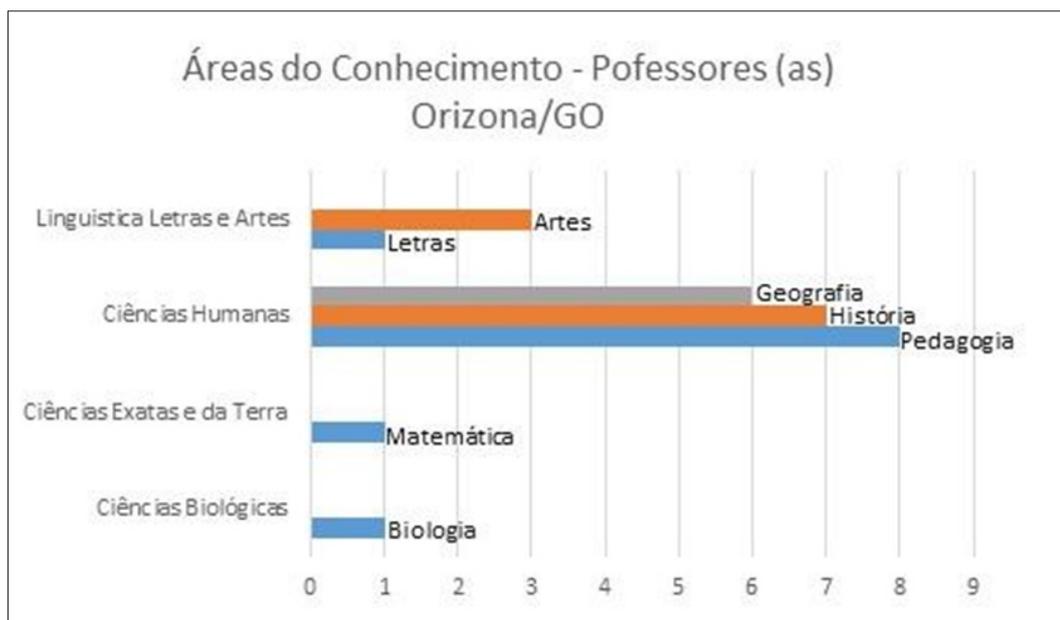


Figura 9: Áreas do conhecimento dos professores da rede municipal de Orizona/GO

Percebemos que a maioria dos educadores provém das Ciências Humanas, principalmente do curso de Pedagogia, fato que pode ser compreendido por meio da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e diz que compete aos municípios oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental (Artigo 11, inciso V). Nas séries iniciais temos, portanto, uma forte atuação das (os) pedagogas (os).

Para criarmos experiências de aprendizagens a partir de uma visita a um espaço de educação não formal como o Museu Antropológico/UFG, e para que pudéssemos alicerçar nossas ações em processos reflexivos contínuos, desenvolvemos, junto aos educadores de Orizona, momentos de acolhida, aproximação, sensibilização e reconhecimento. Era notável que o grupo de educadores de Orizona se constituía por pessoas dispostas a questionar, discutir, contestar formas e modelos de educação.

A dinâmica de acolhimento nos aproximou, estávamos construindo aprendizagens, flertando com a musealização da Arqueologia que, para Bruno (2014, p. 9)

está comprometida com o estabelecimento de vínculos que aproximem os vestígios arqueológicos herdados das sociedades contemporâneas, considerando a diversidade de fatores históricos e socioculturais que influenciam essas aproximações e, ainda, com a busca de procedimentos técnico-científicos que permitam a realização de ações de salvaguarda e comunicação dos bens patrimoniais arqueológicos (BRUNO, 2014, p. 9).

Nesse sentido, no planejamento das atividades refletimos como a educação não formal poderia colaborar com a visita dos educadores de Orizona. Gohn (2014) descreve a educação não formal como

aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (...) Na educação não formal, essa educação volta-se para a formação de cidadãos (as) livres, emancipados, portadores de

um leque diversificado de direitos, assim como de deveres para com o(s) outro(s) (GOHN, 2014, p. 40).

Ainda que breve, durante o processo compartilhamos as seguintes experiências:

- Museu Antropológico/UFG: um lugar de diálogo – iniciamos a ação com a apresentação do Museu, abordando as potencialidades de aprendizagens e as nossas linhas de pesquisa e extensão;
- Exposição Lavras e Louvores: construindo narrativas – buscamos mediar a exposição Lavras e Louvores, focando nas questões ligadas a Arqueologia e História indígena. Durante os percursos na exposição os/as educadores/as foram convidados/as a dialogar e refletir sobre essas temáticas e como elas poderiam ser abordadas nas suas realidades educacionais (Figura 10);
- Roda de conversa – foram apresentadas as primeiras reflexões sobre a nossa pesquisa. Esta atividade também foi um convite para que toda a equipe de educadores de Orizona pudesse compartilhar suas experiências com a Arqueologia, suas perspectivas de envolvimento e desenvolvimento de novas aprendizagens a partir das experiências vivenciadas no Museu; e
- Oficina - *Aprendizagens Arqueológicas*: a proposta para esta oficina foi levar os educadores a se aproximarem com maior propriedade das possibilidades de aprendizagens a partir das temáticas levantadas pela Arqueologia.



Figura 10: Mediação na Exposição Lavras e Louvores

As atividades seguintes estiveram diretamente relacionadas à materialidade do sítio Cachoeira (Figura 11). A partir do contato com a coleção, os educadores resgataram memórias e discutiram o silenciamento das identidades indígenas. Vários professores nos contaram que os alunos relatam ascendência indígena, mas que muitas vezes as histórias também estão adormecidas na memória familiar (não conhecem a etnia dos parentes, por exemplo) ou são marcadas por episódios de violência, como no caso de um professor que a avó era uma “*índia pega no laço*”. Foram traçadas propostas de como aplicar essas questões no ambiente escolar.



Figura 11: Professores de Orizona manipulando material arqueológico

É interessante notar que as ações reverberaram no município. Poucos dias depois, a Secretaria de Meio Ambiente nos contatou solicitando informações sobre o sítio e propondo parcerias para a construção de materiais didáticos e ações ligadas ao turismo.

Acreditamos que essa aproximação aos educadores de Orizona pode se desdobrar em programas mais sistemáticos de educação e difusão cultural e científica. Nesse sentido, estabelecemos uma rede de contato com os professores nas redes sociais visando criar uma espécie de “blog” no qual as discussões levadas por eles para as escolas fossem postadas e debatidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira coleção arqueológica do Museu Antropológico/UFG ficou esquecida durante muitos anos, e com ela algumas histórias que nos ajudam a pensar a nossa realidade científica e acadêmica. Em grande medida esse trabalho foi ofuscado pelos programas de pesquisa sistemáticos desenvolvidos no Museu Antropológico/UFG. Mas, também porque na sempre citada publicação de síntese sobre os grupos

agricultores ceramistas do Planalto Central a Fase Cachoeira foi “absorvida” pela Fase Mossâmedes (SCHMITZ *et al.*, 1982, p. 61).

Retomar a coleção do sítio Cachoeira possibilitou a reflexão sobre as práticas arqueológicas dos nossos ascendentes institucionais e, conseqüentemente, sobre as que desejamos produzir daqui em diante.

É preciso assumir que os sítios nunca estão desassociados de coletivos humanos – e, quem sabe, não humanos também – sejam eles descendentes dos grupos que produziram, utilizaram e descartaram a materialidade, sejam coletivos que estabelecem as mais diversas formas de engajamento com ela. Esse ponto é fundamental se desejamos construir narrativas atentas às diversas dinâmicas que marcam as nossas paisagens na longa duração. Segundo Ingold (2000, p. 189) “To perceive the landscape is therefore to carry out an act of remembrance, and remembering is not so much a matter of calling up an internal image, stored in the mind, as of engaging perceptually with an environment that is itself pregnant with the past”. Viver é herdar e interagir com paisagens carregadas de histórias que se corporificam nos mais diversos suportes materiais.

No momento político pelo qual passamos “guardar” coleções – testemunhos duráveis das diversas histórias indígenas, quilombolas, ribeirinhas entre outras – possibilita a reflexão sobre as formas de estabelecer relações e construir coletividades. A precarização da educação e da cultura é um plano e não podemos ser ingênuos sobre quais histórias serão privilegiadas; “guardar” coleções – “olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado” – é uma forma de resistência, de buscar que o futuro não seja desprovido de memória e de materialidade dos grupos subalternizados.

O patrimônio pode operar como desmistificador de narrativas totalizantes que invisibilizam as alteridades, o que Lima Filho (2015) denomina de Cidadania Patrimonial. Foi dessa forma que buscamos retomar a coleção do sítio Cachoeira, visando o diálogo crítico com coletivos de Orizona interessados em se engajar com as histórias e a materialidade dos grupos indígenas da região.

Por fim, ressaltamos que essa pesquisa faz parte da linha de pesquisa “Os sentidos, os tempos e os destinos das coisas” do Grupo de Estudo e Pesquisa Museologia e Interdisciplinaridade (GEMINTER) da Universidade Federal de Goiás.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Olímpio Pereira Neto e Eloiza Rocha Pereira pela disponibilidade e diálogo franco; a Igor Chmyz pela disponibilidade e encaminhamento de dados sobre a datação do sítio; e a Letícia Castro pela digitalização de parte do conjunto documental. Agradecemos especialmente a toda a rede municipal de professores do município de Orizona.

Abstract: In the present research we return to the first archaeological collection of the Anthropological Museum of the Federal University of Goiás, related to the course given by Igor Chmyz, in 1972, aiming the formation in archaeology of researchers of this museum. We sought to investigate issues related to the history of archaeology in the State of Goiás and the archaeological practices carried out during the field stages at the Cachoeira archaeological site (GO.Ca-01), located in the city of Orizona, State of Goiás, Brazil. We consider that the practices based on asymmetric relations (informant/archaeologist) deepen the stratigraphy of

the abandonment proposed by Bruno (2014) for Brazilian archaeological collections. We also present reflections on education and indigenous history that we developed with the public-school teachers of Orizona during educational actions we carried out in the Museum.

Keywords: *Archaeological collections. Anthropological Museum of the Federal University of Goiás. Indigenous History. History of Archaeology of Goiás. Cachoeira Site (GO-Ca.1).*

Notas

- 1 A intenção neste texto não é dirigir crítica para nenhum pesquisador específico. Todos/as os arqueólogos/as conhecem as condições de salvaguarda da maioria dos acervos arqueológicos brasileiros. A expressão semicaos nos parece uma boa forma de descrever a junção de esforço – de alguns poucos – com o descaso que podemos encontrar nas nossas instituições, principalmente, quando elas abarcam distintas épocas, interesses científicos, pesquisadores etc.
- 2 Foram coletados os seguintes atributos: nº de registro; nº da caixa; título do documento; tipologia; data do documento; data de entrada na instituição, formato (original ou cópia), nº de folhas; assunto (memória institucional, arqueologia geral, documentação de sítio e documentação de coleção); descrição das informações arqueológicas; nº da foto/digitalização de registro das informações arqueológicas; observações gerais; responsável/data da coleta.
- 3 No MA/UFG a numeração adotada é a tripartite, que segue a sequência de número da peça, número da coleção e ano de entrada desta última (e.g.: 001.001.2019, primeira peça da primeira coleção do ano de 2019).
- 4 O Prof. Cid Albernaz participou ativamente da fundação da UFG tendo participado de inúmeras viagens diplomáticas, coletou peças por todo o Brasil.
- 5 Entendemos por Sertão não somente a região espacial não litorânea. Mas também, segundo Janaína Amado (1995), uma categoria cultural e histórica subalternizada pela cultura do sudeste.
- 6 Pedro Pereira Leite (s.d.) trabalha com o conceito de Museologia do Afeto, que se contrapõe à Museologia celebrativa e acadêmica por meio de práticas políticas emancipatórias. Estas se compõem por modelos participativos, por práticas criativas, busca das sensibilidades e dos problemas locais e criação de espaços de afetos.

Referências

ALVES, Márcia Angelina. Culturas ceramistas de São Paulo e Minas Gerais - estudo tecnopológico. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 71-96, 1991.

ALVES, Márcia Angelina. As estruturas arqueológicas do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro - Minas Gerais. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, n. 2, p. 27-47, 1992.

ALVES, Márcia Angelina. A Arqueologia no Extremo Oeste de Minas Gerais. Revista Espinhaço UFVJM, [S.l.], p. 96-117, mar. 2017. Disponível em: <http://revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/30>. Acesso em: 10 jun. 2019.

AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

ATAÍDES, Jezus Marco de. Sob o signo da violência: colonizadores e Kaiapó do Sul no Brasil Central. Goiânia: Editora UCG, 1998.

BARRETO, Cristiana. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento, São Paulo, n. supl. 3, p. 201-212, 1999.

- BARRETO, Cristina. A construção de um passado pré-colonial: Uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez./fev., 1999-2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BESPALEZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena no Pantanal. *Estudos Avançados (USP)*, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 45-86, 2015.
- BEZERRA, Marcia. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. *Revista Habitus*, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 275-296, 2003.
- BEZERRA, Marcia. Sempre quando passa alguma coisa, deixa rastro. *Revista de Arqueologia*, v. 24, n. 2, p. 74-85, 2011a.
- BEZERRA, Marcia. As moedas dos Índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, p. 57-70, 2011b.
- BEZERRA, Marcia. *Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GKNoronha, 2017.
- BOAS, Franz. The history of anthropology. *Science*, v. 20, n. 512, p. 513-524, 1904.
- BRUNO, Maria Cristina O. Musealização da arqueologia: caminhos percorridos. In: *Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso)*, v. 26-27, p. 16-39, 2014.
- BRUNO, Maria Cristina O. *Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. São Paulo: Tese (Doutorado) - FFLCH/USP, São Paulo, 1995.
- CABRAL, Mariana Petry. De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. *Amazônica: Revista de Antropologia (Online)*, v. 6, p. 314-331, 2014.
- CICERO, Antonio. *Guardar: poemas escolhidos*. Ed. Record, 1996.
- CHMYZ; Igor; OLIVEIRA, Acary de Passos; BREDA, Judite Ivanir; GARCIA, Marcolina Matins; MELO, Edna Luísa; COSTA, José Eduardo; MARIA, Pe. José Pereira de. *Relatório do Curso de Aperfeiçoamento em Métodos e Técnicas Arqueológicas*. Goiânia: Museu Antropológico, mimeografado, 1972.
- CHMYZ; Igor; OLIVEIRA, Acary de Passos; BREDA, Judite Ivanir; GARCIA, Marcolina Matins; MELO, Edna Luísa; COSTA, José Eduardo; MARIA, Pe. José Pereira de. *Curso de Aperfeiçoamento em Métodos e Técnicas Arqueológicas*. Goiânia: Museu Antropológico, 1975.
- FABIAN, Johannes. *Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 59-73, 2010.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. *Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades*. *Revista de Arqueologia Pública*, [S.I.], v. 7, p. 87-106, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação*. *Revista Brasileira de História*, [S.I.], v. 1, p. 23-41, 1994.
- GIRALDIN, Odair. *Renascendo das cinzas. Um histórico da presença dos Cayapó-Panará em Goiás e no Triângulo Mineiro*. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 3, n. 1/2, p. 161-184, 2000.

GIRALDIN, Odair. Fazendo guerras, criando imagens, estabelecendo identidades. A ocupação do centro-oeste e os conflitos com os Cayapó no século XVIII. *História Revista (UFG)*, Goiânia, v. 6, p. 55-74, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. *Investigar em Educação*, 2. Série, n. 1, p. 35-50, 2014.

HICKS, Dan. Four-field anthropology, charter myths and time warps from St. Louis to Oxford. *Current Anthropology*, v. 54, n. 6, p. 753-763, dez. 2013.

HODDER, Ian. Archaeological reflexivity and the “local” voice. *Anthropological Quarterly*, v. 76, n. 1, p. 55-69, 2003.

INGOLD, Timothy. *The Perception of the environment: essays on livelihood, Dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

JUNQUEIRA, Gabriela Gonçalves. O visível e o invisível nas relações de contato de grupos Jê meridionais: uma análise da caça, guerra e dos rituais funerários como relações de predação, produção e controle dos poderes latentes da alteridade. *Uberlândia: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais*, 2017.

LEITE, Pedro Pereira. A Miséria da Museologia: reflexões sobre a museologia social em Portugal. *Informal Museology Studies*, Issue 5, Lisboa: Marca d' Água: Publicações e Projetos, 2014.

LIMA, Nei Clara de. Percursos da antropologia em Goiás. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 225-231, jul./dez. 2014.

LOWIE, Robert Harry. The Southern Cayapó. In: STEWARD, J. H. (ed.). *Handbook of South American Indians*, v. 1. The marginal tribes, p.519-540, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Washington: Government Publishing Office, 1946.

MARTINS, Dilamar Candida; TAVEIRA, Edna Luísa de Melo. *Museu Antropológico: uma viagem pelo tempo e no realce da memória de seu percurso*. Goiânia: Gráfica UFG, 2017.

MCGUIRE, Randall H. A Arqueologia como ação política: o projeto Guerra do Carvão do Colorado. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Suplemento, supl. 3, p. 387-397, 1999.

MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford. A utilização de sequências cerâmicas seriadas para inferir comportamento social. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira: Série Ensaios*, Rio de Janeiro: IAB, n. 3, 1985.

MELLO, Paulo Jobin Campos; VIANA, Sibeli A. Breve histórico da arqueologia de Goiás. In: Moura (org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. Kelps, Vieira, 2006.

MELO, Edna Luísa; BREDA, Judite Ivanir. *Carta arqueológica – divisão regional para cadastramento de sítios arqueológicos do estado de Goiás*. Goiânia: Gráfica da UFG, 1972.

MENDONÇA DE SOUSA, Alfredo. *História da arqueologia no Brasil*. Pesquisa – Antropologia, n. 33. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991.

MELQUÍADES, Vinícius. Em território desconhecido: sobre o abandono de seres e coletivos. *Revista de Arqueologia*, v. 26-27, p. 216-235, 2014.

- MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. In: Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira Impresso), v. 26-27, p. 16-39, 2014.
- NEVES, Eduardo Góes. Existe algo que se possa chamar de “arqueologia brasileira”? Estudos Avançados (USP), v. 83, p. 7-17, 2015.
- NOELLI, Francisco Silva; FERREIRA, Lúcio Menezes. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1239-1264, set./dez. 2007.
- OLIVEIRA, Jorge Eremites de; VIANA, Sibeli Aparecida. O centro-oeste antes de Cabral. Revista USP, n. 44, p. 142-189, 1999.
- PEREIRA NETO, Olímpio. Um lugar no mapa – ensaio Histórico. S.l.: s.n., 1970.
- PEREIRA NETO, Olímpio. Orizona, campo e cidade. Brasília: Codeplan, 1991.
- PEREIRA NETO, Olímpio. Orizona: campo e cidade. Edição revista e aumentada. Orizona: s.n., 2010.
- PROUS, André. Arqueologia brasileira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de metahistória. História da Historiografia, n. 02, p. 163-209, mar. 2009.
- SCHMITZ, Pedro Ignacio; WÜST, Irmhild; COPÉ, Sílvia; THIES, Ursula. Arqueologia do Centro-Sul de Goiás. Uma fronteira de horticultores indígenas no Centro do Brasil. Pesquisa – Antropologia, n. 33. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1982.
- SHANKS, Michael. Symmetrical archaeology. World Archaeology, Debates in “World Archaeology”, v. 39, n. 4, p. 589-596, 2007.
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. Social theory and archaeology. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. Re-Constructing archaeology, theory and practice. 2. ed. London: Routledge, 1992.
- SILVA, Catarina Eleonora Ferreira da; LIMA, Francisca Helena Barbosa. A preservação dos registros documentais de Arqueologia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 33, p. 275-287, 2007.
- SILVA, Fabíola Andréa. Arqueologia e etnoarqueologia na aldeia Lalima e na terra indígena Kayabi: reflexões sobre arqueologia comunitária e gestão do patrimônio arqueológico. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 19, p. 205-219, 2009a.
- SILVA, Fabíola Andréa. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 27-37, jan./abr. 2009b.
- SIMÕES, Mário Ferreira. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emilio Goeldi (1870-1981). Acta Amazônica Suplemento, v. 11, n. 1, p. 149-165, 1981.
- STEWART, Julian Haynes (ed.). Handbook of South American Indians, v. 1: The marginal tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Washington: Government Publishing Office, 1946.

STEWART, Julian Haynes (ed.). Handbook of South American Indians, v. 3: The Tropical Forest Tribes. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143. Washington: Government Publishing Office, 1948.

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WÜST, I. Continuidade e mudança: para interpretação dos grupos pré-coloniais na bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. São Paulo: Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

